

A primeira em um Tribunal Superior no Brasil

Cnéa Cimini Moreira de Oliveira entrou para a história do Judiciário brasileiro ao se tornar a primeira mulher no Brasil, e a segunda no mundo, a ocupar o cargo de ministra em um tribunal superior. Foi nomeada em 13 de março de 1990 pelo então presidente da República, José Sarney, para integrar o Tribunal Superior do Trabalho (TST), em vaga destinada a membros do Ministério Público. Tomou posse do cargo em 29 de março de 1990 e atuou na Corte por cerca de dez anos, permanecendo até 2 de março de 1999.

Natural de Inhapim, Cnéa nasceu em 3 de março de 1929 e graduou-se em direito, em 1957, pela Faculdade de Direito do Distrito Federal. Sua trajetória profissional começou no Ministério Público do Trabalho, onde foi nomeada, em 1959, substituta de procurador do Trabalho adjunto. No ano seguinte, passou a atuar na Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, onde se tornou procuradora do Trabalho de 2ª categoria em 1º de dezembro de 1960.

Sua nomeação para o TST ocorreu sob a vigência da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme o disposto no §1º do artigo 111, que previa vagas destinadas a integrantes do Ministério Público do Trabalho. Ao assumir o cargo, Cnéa Cimini Moreira de Oliveira tornou-se uma figura pioneira na magistratura brasileira, abrindo caminho para a presença feminina nos mais altos postos do Judiciário.

Primeira na mais alta corte do país

Ellen Gracie Northfleet se tornou a primeira mulher a ocupar o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal (STF). Nascida no Rio de Janeiro, iniciou os estudos na Faculdade de Direito da então Universidade do Estado da Guanabara — atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Posteriormente, transferiu-se para o Rio Grande do Sul, onde concluiu, em 1970, o curso de bacharelado em ciências jurídicas e sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Após a graduação, exerceu a advocacia em Porto Alegre, inicialmente como estagiária e, depois, como advogada. Ingressou no serviço público ao ser nomeada para o cargo em comissão de assistente técnica no gabinete do Consultor-Geral do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1973, foi aprovada em concurso público de provas e títulos para o cargo de procuradora da República de terceira categoria, tomando posse naquele ano. Foi promovida à



segunda categoria em 1974 e, por antiguidade, à primeira categoria em 1980, função que exerceu até 1989.

Nesse mesmo ano, foi nomeada desembargadora do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), pelo mecanismo do quinto constitucional, em vaga destinada a membros do Ministério Público Federal. No tribunal, construiu uma carreira de destaque: em 1995 foi eleita vice-presidente da Corte e, em 28 de maio de 1997, escolhida pelo plenário para exercer a presidência do tribunal no biênio 1997-1999.

Em 23 de novembro de 2000, foi nomeada ministra do STF pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na vaga aberta com a aposentadoria do ministro Octavio Gallotti. Tomou posse em 14 de dezembro de 2000, tornando-se a primeira mulher a integrar a Suprema Corte brasileira desde a sua criação.

Além de sua atuação no STF, Ellen Gracie também participou da Justiça Eleitoral. Em 8 de fevereiro de 2001, foi eleita juíza substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, em 20 de fevereiro de 2003, tomou posse como vice-presidente da Corte eleitoral. Sua trajetória consolidou um marco importante para a presença feminina nos mais altos cargos do Judiciário brasileiro.

Primeira no Superior Tribunal Militar

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha entrou para a história do Judiciário brasileiro ao se tornar a primeira mulher a integrar o Superior Tribunal Militar (STM). Nomeada em 2007, ela foi a primeira mulher a integrar o quadro de ministros e também a presidir o tribunal em 206 anos de existência da Corte.

Natural de Belo Horizonte, formou-se em direito em 1982, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), e iniciou a carreira como advogada em escritórios da capital mineira, onde atuou entre 1983 e 1985. Nesse último ano, ingressou na Advocacia-Geral da União (AGU) como procuradora federal, após ser aprovada em primeiro lugar no concurso público.

Em 2007, foi indicada pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para ocupar o cargo de ministra do STM, em vaga destinada à advocacia aberta com a aposentadoria do ministro Antônio Carlos de Nogueira.

Em 2013, foi eleita vice-presidente do tribunal. No ano seguinte, em 16 de junho de 2014, assumiu a presidência do STM após a aposentadoria do então presidente, o ministro Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, completando o biênio 2013-2015.

Mais recentemente, em 5 de dezembro de 2024, foi eleita novamente para a presidência do STM. A posse ocorreu em 12 de março de 2025, marcando a primeira vez que o tribunal elegeu formalmente uma mulher para presidir a Corte.



Primeira mulher a comandar a Advocacia-Geral da União

Grace Maria Fernandes Mendonça tornou-se, em setembro de 2016, a primeira mulher a comandar a Advocacia-Geral da União (AGU). Indicada pelo então presidente da República, Michel Temer, ela permaneceu no cargo até 2018.

Nascida em 17 de outubro de 1968, na cidade de Januária, formou-se em direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal (UDF). É especialista em direito processual civil e também desenvolveu estudos em direito constitucional.

Ingressou na carreira de advogada da União em 2001. No ano seguinte, foi nomeada advogada-geral da União adjunta e, em 2003, assumiu a chefia da Secretaria-Geral de Contencioso da AGU, órgão responsável por representar judicialmente a União perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

À frente da Secretaria-Geral de Contencioso, destacou-se na defesa de importantes políticas públicas e na representação da União em ações de grande relevância. Ao longo desse período, realizou sustentações orais em mais de 60 processos no STF, entre eles casos relacionados à constitucionalidade da Lei Maria da Penha e do Programa Mais Médicos.

Primeira Procuradora-Geral da República

Raquel Dodge, a primeira Procuradora-Geral da República, nasceu em Morrinhos, em Goiás. Ainda na infância, seu pai foi aprovado em concurso público para juiz de Direito, o que levou a família a mudar-se diversas vezes chegando a Brasília. Ainda adolescente, Raquel já pretendia seguir carreira na área jurídica.

Graduou-se em direito pela Universidade de Brasília (UnB) e ingressou no Ministério Público Federal em 1987, após aprovação em concurso público para o cargo de procuradora da República. Ao longo da carreira, destacou-se pela atuação em casos ligados à defesa dos direitos humanos, com ênfase em processos envolvendo trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão e violações de direitos de povos indígenas.

Em 28 junho de 2017, foi escolhida pelo então presidente da República, Michel Temer, para ocupar o cargo de procuradora-geral da República. Seu nome constava na lista tríplice elaborada pela Associação Nacional dos Procuradores da República e a indicação foi aprovada pelo Senado, por 74 votos favoráveis e um contrário. Raquel Dodge tomou posse em setembro e permaneceu no cargo até 2019.

